

Economia

COMBUSTÍVEL Produtores de álcool do NE reagiram à ampliação da cota com isenção para americanos

Importação de etanol gera atrito

EDILSON VIEIRA
edvieira@jc.com.br

O governo brasileiro ampliou em 150 milhões de litros a quantidade de etanol que pode ser importada pelas distribuidoras de combustíveis brasileiras com isenção de tarifa. A medida beneficia produtores e exportadores americanos. Portaria do Ministério da Economia, publicada em edição extra do Diário Oficial da União do último sábado (31), ampliou de 600 milhões para 750 milhões de litros a cota de álcool anidro (para adição a gasolina) que poderá ingressar no País sem taxa de importação de 20%. O excedente é tributado.

A notícia caiu como uma bomba entre os produtores de álcool do Nordeste, que se viram prejudicados com a medida. A cota anterior foi acertada há dois anos e iria expirar no final do mês passado. A renovação do acordo comercial, com ampliação da isenção tributária, tem validade de 12 meses.

Alexandre Andrade Lima, presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), diz que chegou a se reunir com o presidente Bolsonaro só para tratar dessa questão. “Expliquei a ele a importância de não existir essa cota de isenção de 600 milhões de litros. Ai ele vai e aumenta para 750 milhões de litros sem isenção, prejudicando, sobretudo, os fornecedores de cana e os produtores de etanol do Nordeste, e ainda em plena safra da cana”, afirma Alexandre.

Segundo o presidente da Feplana, mais de 90% do etanol vindo dos Estados Unidos tem como destino o Nordeste brasileiro, o que prejudica o produto local. “Esse etanol de milho norte-americano é altamente subsidiado, não o etanol em si, mas o milho, o que acaba desvirtuando o mercado”.

Alexandre Lima chama o acordo entre Brasil e Estados Unidos de injustificado mas aponta a possível razão. “Os Estados Unidos tinham um grande mercado, que era o chinês. Com a guerra comercial de Trump com a China, os chineses taxaram o etanol america-



GRITA Entidades do setor classificam acordo firmado pelo governo federal de “injustificado”

750

milhões de litros é a cota de álcool anidro que poderá ingressar no Brasil sem taxa de importação de 20%. Antes, era de 600 milhões

270

milhões de reais é a renúncia fiscal estimada com a medida. 90% do etanol vindo dos EUA tem como destino o Nordeste brasileiro

no em 95%, praticamente inviabilizando a exportação dos produtos americanos. Os EUA agora estão com uma sobra de etanol que não sabem onde colocar.”

Alexandre prega uma compensação, com a ampliação das exportações de açúcar brasileiros para os Estados Unidos ou uma tarifação mais justa para o etanol importado. “Estamos pedindo a

mesma taxação que é feita no Mercosul, de 20% sem cotas”, diz.

Outro representante do setor que protesta contra o acordo é o presidente do Sindaúcar-PE, e presidente executivo da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Energia (Novabio), Renato Cunha. “Não temos sequer uma explicação lógica do porquê desse aumento de renúncia fiscal de cerca de R\$ 270 milhões. Não é possível entender que conta o governo federal fez para abrir mão de tarifa de 750 milhões de litros, ou mais de 25% do que era no ciclo passado”, afirma.

Para Renato, o governo precisa rever ou alavancar uma reciprocidade. Ele explica que no mercado internacional são comuns as trocas e contrapartidas entre os países, o que, neste caso, não aconteceu. “O etanol americano desembarca quase todo no Nordeste por proximidade logística da região com os Estados Unidos. O certo seria revogar a medida, mas o governo, através do Itamaraty, não só renovou o acordo como ampliou”, reclama Cunha.

A decisão de manter a exportação para o Brasil foi tomada no dia seguinte a uma reunião de Trump com o ministro das Rela-

ções Exteriores, Ernesto Araújo, o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Filipe Martins, e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O presidente do Sindaúcar-PE relatou que esteve em uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na última quinta-feira (29). O ministro teria defendido a necessidade de haver uma negociação bilateral para a renovação deste acordo. “Na minha opinião, a negociação que houve lá não foi técnica. Os Estados Unidos já exportam, no mínimo, 1,6 bilhão de litros de etanol para o Brasil e agora devem exportar muito mais”, projeta o presidente do Sindaúcar.

Renato Cunha afirma que o Nordeste do Brasil não pode ser um destino paradisíaco para o etanol americano. “Os 750 milhões de litros equivalem a 33% da produção do Norte/Nordeste. Se este mesmo etanol desembarcasse no Porto de Santos, em São Paulo, isso equivaleria a 3% da produção do Centro Sul. O impacto para o nosso mercado é muito maior.” Cunha defende que o governo agora regule a medida e defina onde o etanol americano deve ser distribuído no Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



OFERTA Emissões em 2 meses já superaram R\$ 46 mi, diz Berwanger

Crowdfunding para startups

LEONARDO SPINELLI
lspinelli@jc.com.br

SÃO PAULO – Captar investimentos no mercado de capitais não é exclusividade das grandes empresas. Startups com faturamento de até R\$ 10 milhões anuais estão descobrindo a plataforma de crowdfunding regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo o superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM, Antônio Carlos Berwanger, as emissões de ofertas nos dois primeiros meses de 2019 já superaram os valores movimentados em todo o ano passado, de R\$ 46 milhões.

“Fechamos no ano passado com mais de 1.000 investidores e certamente já ultrapassamos esse número”, disse Berwanger em painel realizado durante o 20º Congresso do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), realizado até ontem, em São Paulo. Segundo ele, há um interesse crescente de investidores que procuram um maior risco em empresas que têm potencial muito grande de crescimento.

“O número de investidores por oferta chega a 195, num valor de R\$ 1 milhão médio por oferta. Foram captados R\$ 46 milhões no ano passado e, falando apenas das plataformas mais influentes, elas já bateram esse número nos primeiros dois meses de 2019”, comentou. De acordo com Berwanger, o crowdfunding registrou “recentemente” a primeira oferta, que chegou ao valor máximo de R\$ 5 milhões, além de casos de sucesso em que empresas que utilizaram da plataforma foram adquiridas por fundos de private equity ou venture capital. “Os investidores saíram com lucro bem significativo”, disse.

Segundo ele, esses casos estimulam o crescimento do mercado e o próximo passo nessa direção seria o redimensionamento do tamanho das ofertas, hoje limitadas a R\$ 5 milhões. “Mas isso vai exigir novas regulações” resumiu.

Quem fatura até R\$ 10 mi anuais pode captar recursos no mercado de capitais

SANDBOX

Segundo a CVM, o Crowdfunding de Investimento permitiu a captação de R\$ 46.006.340,00 em 2018, um crescimento de mais de 451% em relação aos R\$ 8.342.924,00 registrados em 2016, quando não havia regulamentação específica pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Neste período, o número de investidores na modalidade registrou uma alta de, aproximadamente, 716%: de 1.099 para 8.966, enquanto as ofertas fechadas com sucesso evoluíram de 24 para 46. Já o valor médio de captação por oferta passou de R\$ 347.621,82 para R\$ 1.000.137,83, no mesmo intervalo de tempo.

As regras foram estabelecidas pela Instrução CVM 588. O Crowdfunding de Investimento é uma alternativa que possibilita que empresas com receita anual de até R\$ 10 milhões realizem ofertas por meio de financiamento coletivo na internet com dispensa automática de registro de oferta e de emissor.

MINHA CASA MINHA VIDA

Faixas 1,5 e 2 estagnadas

LUCAS MORAES
lmoraes@jc.com.br

Com mais de R\$ 520 milhões acumulados em atrasos na faixa 1, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) vem deixando de gerar um montante na ordem dos R\$ 4,5 bilhões em financiamentos nas faixas 1,5 e 2. O mês de julho, segundo a Câmara Brasileira da Indústria de Construção (Cbic) foi o último no qual as construtoras tiveram seus projetos rodados pela Caixa Econômica, que desde então aguarda o repasse de R\$ 19,8 milhões para retomada das operações nessas faixas.

Segundo o vice-presidente da área de Habitação de Interesse Social da Cbic, Carlos Henrique Passos, o andamento dos contra-

tos nas faixas intermediárias do MCMV ficaram dependentes do repasse complementar de subsídios advindos do Orçamento Geral da União (OGU). “Antes, o subsídio nas faixas 1,5 e 2 eram de R\$ 10 bilhões ao ano, sendo cerca de R\$ 9 bilhões do FGTS e pelo menos R\$ 1 bilhão via OGU. No mês passado, o governo reduziu, através de portaria, pela metade esse valor. Até aquela data, tinham sido repassados pouco mais de R\$ 420 milhões, restando ainda R\$ 19,8 milhões para fechar o volume total que deveria ser aportado pela OGU este ano”, detalha Passos.

Na segunda-feira, o Ministério da Economia liberou o repasse de R\$ 600 milhões para destravar obras do PAC. Desse montante, conforme o Ministério de Desenvolvimento Regional, respon-

sável pelo MCMV, R\$ 443 milhões são para o programa de habitação popular. Esses recursos, no entanto, deverão ser utilizados para amortizar o saldo de R\$ 520 milhões em atraso na faixa 1, deixando a conta dos R\$ 19,8 milhões para o orçamento aprovado no mês de setembro.

“Além dos 600 milhões, o ministério teve o orçamento de setembro liberado. São mais R\$ 240 milhões. Mesmo assim, ainda não sabemos qual o direcionamento exato dessa liberação extra anunciada ontem. O que esperamos é a retomada do pagamento na faixa 1 e o andamento das demais faixas. Em um mês parado, deixou-se de financiar quase R\$ 5 bilhões, isso sem levar em conta os recursos próprios que os mutuários aportam, o que eleva a soma para uns R\$

7 bilhões. O prejuízo é imenso para o mercado imobiliário, porém maior para a família que deixa de adquirir um imóvel pela falta de sincronia do governo com os pagamentos”, desabafa o vice-presidente.

Segundo o diretor de política habitacional da Ademi-PE, Genildo Valença, na última segunda-feira, o MDR assinou portaria repassando os recursos referentes às faixas 1,5 e 2 à Caixa, o que “viabiliza a operação até o fim do ano”, já que passa a ser subsidiada com recursos do FGTS.

Procurado, o MDR confirmou o pagamento, mas a Caixa Econômica não sinalizou à reportagem a normalização dos contratos. Até o dia 19 de agosto, segundo o ministério, foram liberados R\$ 2,7 bilhões ao MCMV, sendo R\$ 428 milhões às faixas 1,5 e 2.



PARALISAÇÃO Desde julho não há recursos para faixas intermediárias

4,5

bilhões de reais é o valor estimado que deixou de ser financiado nas faixas 1,5 e 2 do Minha Casa Minha Vida

19,8

milhões de reais foram repassados pelo MDR à Caixa para complemento do subsídio nas faixas intermediárias